

Prefeitura Municipal De Seringueiras
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA.

1. PREÂMBULO

1.1 Embasam este Edital:

Processo de Administrativo nº 90/2026.

Dispensa de Licitação Nº 10/DCL/2026.

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO- SEMAD.

2. OBJETO

2.1 A presente dispensa de Licitação Eletrônica tem por finalidade **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL, ABRANGENDO PRODUÇÃO DE VÍDEOS, ARTES GRÁFICAS, GESTÃO DE REDES SOCIAIS E TRANSMISSÃO AO VIVO (STREAMING), ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESTES EDITAL E TERMO DE REFERENCIA.**

2.2 O objeto abrangerá as especificidades conforme descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTES GRÁFICAS POR 12 MESES INCLUINDO: CRIAÇÃO DE BANNERS, CARDS E PEÇAS DIGITAIS; GESTÃO DE REDES SOCIAIS: PLANEJAMENTO, POSTAGENS E MONITORAMENTO; PRODUÇÃO DE VÍDEOS: CAPTAÇÃO E EDIÇÃO (FINALIZADO E APROVADO); TRANSMISSÃO STREAMING (LIVES); COBERTURA AO VIVO DE EVENTOS.	SERV	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00

VALOR TOTAL: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

2.3 O valor descrito na tabela que consta as especificidades acima, refere-se ao menor valor já auferido nas cotações de preços conduzidas por esta Central de Compras.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

3.1 A presente dispensa de licitação dar-se-á por meio do Sistema Licitante com base legal nas Leis Federais 14.133/2021 art. 75 inciso II. e Lei Complementar 123/2006.

3.2 Poderão participar desta Licitação as interessadas estabelecidas no País, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo, previamente credenciadas como fornecedores no sistema do Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).





3.3 O Edital de Dispensa Eletrônica nº. 10/2026 será publicado nos sítios eletrônico: (<https://www.seringueiras.ro.gov.br>)/(<https://licitanet.com.br>)/(<http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>),

3.3.2 A abertura da disputa de preços dar-se-á às 08h00min do dia 04 de MARÇO de 2026.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura das propostas dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio eletrônico, não sendo aceitas quaisquer propostas por forma diversa.

4.2 A proposta deverá conter obrigatoriamente:

4.2.1 Papel com timbre da empresa onde deverá constar de modo legível, o valor cotado em reais (R\$) – unitário e total;

4.3.2 Prazo de validade da proposta, sendo o mesmo, no mínimo de 60 dias.

4.3.3 Prazo de entrega dos produtos de até 05 dias após a data do recebimento da ordem de fornecimento.

4.3.4 A proposta que não estipular o prazo de validade será considerada válida por 60 dias.

4.3.5 O descumprimento do prazo de entrega acarretará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total da obrigação, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total da obrigação.

4.3.6 É facultado ao órgão que lança o presente termo, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1 As propostas lançadas pelo fornecedor no portal Licitanet de acordo com as especificações e exigências legais deste Edital de Dispensa Eletrônica, serão classificadas conforme o preço, por ITEM, sendo considerado o vencedor o fornecedor que apresentar o menor preço por ITEM.

4.2- O não atendimento dos requisitos para participação ensejará a desclassificação da proposta no sistema e o impedimento automático da participação na disputa.

6. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

6.1 Cartão do CNPJ da empresa;

6.2 Contrato social com última alteração ou consolidado;

6.3 Documentos pessoais dos sócios;

6.4 Certidão de Regularidade na Receita Federal (Tributos e Dívida Ativa);

6.5 Certidão de Regularidade perante o FGTS;

6.6 Certidão de Regularidade perante a Receita Estadual;

6.7 Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;





6.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.9 Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, com data não excedente a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

CAPACIDADE TÉCNICA DE HABILITAÇÃO

6.10 Conhecimento Regional: A licitante deverá apresentar portfólio que demonstre experiência prévia em coberturas de eventos ou gestão de mídias em municípios do estado, comprovando domínio sobre as particularidades geográficas e culturais da região.

6.11 Declaração de Equipe Residente: Declaração de que a equipe técnica chave reside ou residirá e que possui ou possuirá base fixa que permita o cumprimento do item 6.12 (disponibilidade imediata).

6.12 Tempo de Resposta Emergencial: A empresa deverá apresentar declaração que irá garantir a chegada de equipe técnica ao local do evento em no máximo 2 (duas) horas após o chamado, sob pena de multa por descumprimento de pauta oficial.

6.13 Declaração de que a contratada, manterá unidade operacional ou estúdio num raio de até 70km da sede da contratante, visando assegurar a integridade do transporte de equipamentos sensíveis e a agilidade na entrega física de materiais ou reuniões presenciais de pauta (a medida visa garantir a eficiência administrativa e a economicidade, evitando gastos excessivos com diárias e deslocamentos).

6.14 Declaração de que cumprirá reuniões presenciais obrigatórias: Fica estabelecida a obrigatoriedade de, no mínimo, 2 (duas) reuniões presenciais mensais com a equipe de comunicação da prefeitura para alinhamento estratégico (a declaração deverá conter em seu escopo esta exigência).

6.15 Declaração que possui estúdio e ilhas de edição aptos a processar vídeos em 1080p e transmissões via satélite/fibra (a Administração reserva-se o direito de realizar vistoria técnica nas instalações da licitante, em até 24h após a fase de lances, para comprovar a existência de tal estúdio declarado).

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Licitações Exclusivas para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06.

7.2 Benefícios do art. 48 §3º, ou seja, estabelece-se a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Justifica-se o benefício do art. 48 §3º da Lei Complementar 123/2006, pois é de interesse do Município de Seringueiras/RO em suas contratações públicas, conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas.

Seringueiras/RO 24 de fevereiro de 2026.





MELISSA ALVES KNONER
COORDENADORA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL
PORT. 305/GAB/PPMS/2025

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 90/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1 DO OBJETO:

O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS NO ESTADO DE RONDÔNIA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERINGUEIRAS-RO, PRETENDE, COM BASE NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL, ABRANGENDO PRODUÇÃO DE VÍDEOS, ARTES GRÁFICAS, GESTÃO DE REDES SOCIAIS E TRANSMISSÃO AO VIVO (STREAMING)**, ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, **conforme condições e exigências estabelecidas neste termo.**

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES:

1.2.1. As especificações e os quantitativos dos produtos constam a seguir, com valor definido para a contratação prevista neste Termo de Referência:

1.2.2. Segue a tabela com os itens a serem adquiridos e valor estimado da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA	VALOR TOTAL
------	-----------	---------	------------	-------	-------------



Prefeitura Municipal De Seringueiras
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTES GRÁFICAS POR 12 MESES INCLUINDO: CRIAÇÃO DE BANNERS, CARDS E PEÇAS DIGITAIS; GESTÃO DE REDES SOCIAIS: PLANEJAMENTO, POSTAGENS E MONITORAMENTO; PRODUÇÃO DE VÍDEOS: CAPTAÇÃO E EDIÇÃO (FINALIZADO E APROVADO); TRANSMISSÃO STREAMING (LIVES): COBERTURA AO VIVO DE EVENTOS.	SERV	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
---	---	------	----	--------------	----------------------

1.3.Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal nº133, de 26 de julho de 2023.

1.3.1.O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no decreto municipal 133/2023.

1.5. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

1.5.1.Sendo verificada a necessidade de contrato este deverá ter duração mínima de 365 dias , contados da data de assinatura do contrato, na forma dos artigos da Lei nº 14.133, de 2021 e prorrogável por até **10 ANOS** de acordo com o **art. 107 da Lei Federal 14.133/2021**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A contratação é viável e necessária, conforme estudo técnico preliminar. Com o objetivo de contratar empresa especializada para fornecimento dos itens.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência:

“A contratação de empresa especializada em serviços de comunicação digital torna-se necessária para atender às demandas institucionais de divulgação, transparência e fortalecimento da comunicação com o público interno e externo. O objeto contempla a produção de vídeos institucionais, desenvolvimento de artes gráficas, gestão profissional de redes sociais e realização de transmissões ao vivo (streaming), atividades que exigem conhecimento técnico específico, equipe qualificada e uso de ferramentas adequadas. A execução desses serviços de forma integrada e especializada possibilita maior alcance das ações institucionais, padronização da identidade visual, qualidade técnica dos materiais produzidos e eficiência na disseminação das informações, contribuindo para o engajamento da sociedade e o fortalecimento da imagem institucional. Ressaltase que a estrutura desta municipalidade, atualmente disponível, não dispõe de recursos humanos e tecnológicos suficientes para suprir, com a mesma qualidade e continuidade, as demandas relacionadas à comunicação digital, tornando inviável a execução direta dos serviços. Assim, a contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais eficiente, econômica e alinhada às boas práticas da administração pública, garantindo resultados compatíveis com os objetivos estratégicos da instituição contratação de empresa por lote a quantidade por 12 meses e a unidade mensal Arte Gráficas de banners, cards e peças digitais 144 , produção de vídeos : captação e edição (finalizado e aprovado) até 288 transmissão Streaming 50. A





contração consta no plano anual de contratação do ano 2026”.

2.4. Com a contratação de empresa especializada em serviços de comunicação digital, espera-se aprimorar a divulgação institucional e a transparência das ações da Administração Pública Municipal, por meio da produção de conteúdos audiovisuais, desenvolvimento de artes gráficas, gestão estratégica das redes sociais e realização de transmissões ao vivo (streaming) de eventos, campanhas e informativos oficiais. Busca-se, ainda, garantir maior alcance, qualidade e efetividade na comunicação com a população, fortalecendo o acesso à informação e a participação social.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E SPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, consistindo na **contratação de empresa especializada para a prestação integrada de serviços de comunicação digital**, compreendendo planejamento, criação, produção, edição e divulgação de conteúdos institucionais, por meio de vídeos, artes gráficas, gestão estratégica de redes sociais e realização de transmissões ao vivo (streaming) de eventos, campanhas e ações oficiais.

3.2 A solução contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, incluindo: planejamento das ações de comunicação, criação de identidade visual e conteúdos digitais, produção audiovisual, monitoramento de desempenho, gerenciamento das plataformas digitais e avaliação de resultados, visando assegurar padronização, qualidade técnica, eficiência operacional e maior alcance das informações institucionais à população.

3.3 A execução dos serviços de forma integrada e centralizada proporciona maior controle da Administração sobre os resultados, padronização da comunicação institucional, otimização dos recursos públicos e fortalecimento da transparência e do acesso à informação.

3.4 A forma de seleção do fornecedor e a justificativa da contratação encontram-se definidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, observando-se os requisitos técnicos, a capacidade operacional da contratada e a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.5 O critério de julgamento aplicável, quando couber, será o de **menor preço**, observados os requisitos mínimos de qualidade e especificações técnicas do objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados:

- I – Utilização preferencial de meios digitais, reduzindo o consumo de papel e materiais impressos;
- II – Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, especialmente quanto ao uso racional de energia elétrica e equipamentos eletrônicos;
- III – Busca pela melhor relação custo x benefício, com qualidade técnica e durabilidade dos produtos digitais produzidos.





4.2 Subcontratação

4.2.1 Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

4.2.2 Poderá ser admitida subcontratação parcial apenas para atividades específicas (ex.: captação de imagens, apoio técnico ou transmissão), desde que previamente autorizada pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

4.3 Garantia Contratual

4.3.1 Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão do baixo valor e da natureza dos serviços, sendo o pagamento condicionado à efetiva execução e ao atesto da fiscalização.

4.4 Requisitos mínimos da contratação

4.4.1 Requisito Legal

A contratação deverá estar enquadrada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado, por meio de Dispensa de Licitação Eletrônica.

4.4.2 Habilitação Jurídica e Fiscal

A contratada deverá apresentar a documentação mínima exigida em lei, compatível com contratações por dispensa, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e jurídica.

4.4.3 Qualificação Técnica

A empresa deverá comprovar capacidade técnica compatível com os serviços de comunicação digital, mediante:

- I – Experiência prévia em produção de vídeos institucionais, artes gráficas, gestão de redes sociais ou transmissões ao vivo;
- II – Portfólio, atestados ou comprovação de execução de serviços similares;
- III – Equipe técnica qualificada.

4.4.4 Requisitos Operacionais

A contratada deverá dispor de equipe, equipamentos, softwares e ferramentas necessários à execução dos serviços, incluindo produção audiovisual, design gráfico, gerenciamento de redes sociais e transmissão ao vivo (streaming).

4.4.5 Execução dos Serviços

- I – Cumprimento dos prazos estabelecidos;
- II – Qualidade técnica dos conteúdos produzidos;
- III – Observância das orientações institucionais da Administração/SEMAD;
- IV – Padronização da comunicação institucional;
- V – Correção imediata de materiais rejeitados pela fiscalização, sem ônus adicional.

4.4.6 Forma de Pagamento

O pagamento será mensal, condicionado à efetiva prestação dos serviços e ao atesto da fiscalização do contrato.

4.4.7 Responsabilidades da Contratada

- I – Executar diretamente os serviços contratados;
- II – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação;
- III – Arcar com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e operacionais;





- IV – Garantir sigilo e uso adequado das informações institucionais;
V – Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados.

4.4.8 Fiscalização e Controle

A execução contratual será acompanhada por servidor ou comissão designada, que verificará a conformidade dos serviços e poderá rejeitar, total ou parcialmente, aqueles em desacordo com as especificações.

4.4.9 Qualidade e Conformidade

Serviços em desconformidade deverão ser refeitos imediatamente, sem custos adicionais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.4.10 Amostras

NÃO SE APLICA.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma abaixo estabelece as etapas e a periodicidade de execução dos serviços, podendo ser ajustado conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação da fiscalização do contrato.

5.1 Fase Inicial – Implantação (até 10 dias após a assinatura do contrato)

- I – Reunião inicial com a Administração para alinhamento das diretrizes institucionais;
II – Levantamento de demandas e definição do plano de comunicação digital;
III – Definição de identidade visual, padrões gráficos e linguagem institucional;
IV – Organização dos canais oficiais e ferramentas de gerenciamento;
V – Apresentação do cronograma operacional mensal.

5.2 Execução Contínua – Serviços Permanentes (mensal)

- I – Gestão e atualização das redes sociais institucionais;
II – Produção e publicação de artes gráficas institucionais;
III – Produção, edição e entrega de vídeos institucionais e informativos;
IV – Cobertura e divulgação de ações, campanhas e eventos oficiais;
V – Monitoramento de desempenho e engajamento das plataformas digitais;
VI – Atendimento às demandas da Administração dentro dos prazos estabelecidos.

5.3 Transmissões ao Vivo (sob demanda)

- I – Preparação técnica e operacional para transmissão;
II – Execução da transmissão ao vivo (streaming) de eventos oficiais;
III – Entrega da gravação e material editado, quando solicitado.

5.4 Relatórios e Acompanhamento (mensal)

- I – Entrega de relatório mensal contendo:

- Serviços executados;
 - Conteúdos produzidos;
 - Indicadores de alcance e engajamento;
 - Recomendações de melhoria;
- II – Validação pela fiscalização do contrato.

5.5 Vigência e Continuidade

Os serviços serão executados de forma contínua durante toda a vigência contratual, observando-se os prazos, padrões de qualidade e orientações da Administração.





6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1 A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida lei.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas por meio de apostilamento, conforme art. 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

6.3 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) como fiscal(is) do contrato, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.4 O fiscal do contrato registrará, em sistema próprio ou documento equivalente, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias para a regularização de falhas, defeitos ou irregularidades constatadas, conforme art. 117, §1º.

6.5 O fiscal comunicará à autoridade competente, em tempo hábil, quaisquer situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, §2º.

6.6 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços ou produtos em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

6.7 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, não sendo afastada ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.8 A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

6.9 A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, §1º.

6.10 As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas formalmente, preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais quando cabível.

6.11 A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção imediata das providências necessárias ao regular cumprimento do contrato.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização e o acompanhamento da execução do(s) futuro(s) contrato(s) serão realizados por servidor(es) designado(s) como fiscal(is) de Contrato pela Unidade Requisitante, observadas as disposições do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.





7.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, falhas, inexecuções ou desconformidades verificadas na execução do objeto, inclusive imperfeições de natureza técnica ou vícios na prestação dos serviços, nos termos da legislação aplicável.

7.3 A fiscalização contratual observará, no mínimo, as seguintes rotinas:

7.3.1 Verificação da conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes na proposta, no Termo de Referência e no contrato, especialmente quanto à qualidade técnica, prazos de entrega e adequação às orientações institucionais;

7.3.2 Acompanhamento da execução dos serviços de comunicação digital, incluindo produção de vídeos, artes gráficas, gestão de redes sociais e transmissões ao vivo, avaliando desempenho, regularidade e atendimento das demandas;

7.3.3 Conferência e validação dos relatórios mensais de atividades, quando exigidos;

7.3.4 Registro de ocorrências, notificações e eventuais irregularidades, determinando à CONTRATADA a correção imediata de falhas ou inadequações constatadas;

7.3.5 Atesto da execução dos serviços para fins de pagamento, após verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

7.3.6 Comunicação à autoridade competente de qualquer situação que exija providências administrativas ou aplicação de penalidades.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de **Dispensa de Licitação**, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a compatibilidade do preço com o praticado no mercado.

8.2 A escolha da contratada será devidamente justificada, considerando a proposta mais vantajosa para a Administração, mediante pesquisa de preços, podendo ser realizada por meio de consulta a fornecedores, contratações similares de outros entes públicos ou bancos de preços oficiais.

8.3 Previamente à contratação, a Administração verificará eventual impedimento da empresa, mediante consulta aos cadastros oficiais, especialmente:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

A contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnica, conforme segue:

8.4.1 Habilitação Jurídica

Conforme a natureza jurídica do contratado, mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- Documento de identificação (quando pessoa física, se admitido);
- Registro comercial (empresário individual);





- CCMEI – Microempreendedor Individual;
- Ato constitutivo/Contrato social/Estatuto;
- Registro de sociedade simples;
- Documentos da filial, sucursal ou agência, quando for o caso;
- Para empresa estrangeira: decreto de autorização de funcionamento no Brasil.

Os documentos deverão estar acompanhados de suas alterações ou consolidação.

8.4.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- Prova de inscrição no CNPJ;
- Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Regularidade com o FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (trabalho do menor).

8.4.3 Qualificação Técnica

A empresa deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, mediante:

- atestado(s) de capacidade técnica ou comprovação de execução de serviços semelhantes (produção audiovisual, artes gráficas, gestão de redes sociais ou streaming);
- Portfólio ou comprovação de experiência, quando pertinente;
- Declaração de disponibilidade de equipe e equipamentos, quando necessário.

8.5 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.5.1 A contratada deverá cumprir as legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto, bem como normas de segurança do trabalho e proteção de dados, quando cabível.

8.5.2 Não poderão ser contratadas empresas enquadradas nas vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

9. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 Recebimento Provisório

O recebimento provisório ocorrerá mediante registro da fiscalização, para verificação da conformidade dos serviços prestados.

9.2 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá em até **5 (cinco) dias corridos** após o recebimento provisório, mediante atesto da execução e da nota fiscal.

9.2.1 Caso a verificação não seja realizada no prazo, considerar-se-á como recebimento definitivo automático.

9.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, falhas técnicas ou desconformidades identificadas posteriormente.

9.4 Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta, devendo ser corrigidos imediatamente, às expensas da contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





São obrigações da CONTRATADA:

10.1 Cumprir integralmente todas as disposições constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.

10.2 Executar, preferencialmente de forma direta, os serviços contratados, utilizando equipe qualificada, equipamentos e meios adequados à natureza dos serviços de comunicação digital.

10.3 Executar os serviços dentro dos prazos estabelecidos, em conformidade com as especificações técnicas, orientações da Administração e proposta apresentada, emitindo a respectiva nota fiscal após a prestação dos serviços.

10.4 Zelar pela qualidade técnica, regularidade e continuidade dos serviços contratados.

10.5 Disponibilizar equipe, estrutura operacional, equipamentos, softwares e ferramentas necessários à execução dos serviços de produção de vídeos, artes gráficas, gestão de redes sociais e transmissões ao vivo (streaming).

10.6 Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por meio de representante designado para acompanhamento do contrato.

10.7 Comunicar imediatamente, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do contrato, adotando as providências cabíveis.

10.8 Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, respondendo por quaisquer ônus, custos ou demandas judiciais.

10.9 Arcar com todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamentos, equipamentos, softwares e demais despesas necessárias à execução contratual.

10.10 Acatar as orientações da CONTRATANTE, submetendo-se à fiscalização e prestando todos os esclarecimentos necessários.

10.11 Executar fielmente os serviços, observando normas legais, padrões técnicos, critérios de qualidade e orientações institucionais da Prefeitura Municipal de Seringueiras.

10.12 Manter vínculo formal com seus empregados, responsabilizando-se por salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, tributos e indenizações, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade.

10.13 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando solicitado pela Administração.

10.14 Responsabilizar-se pela correção, refação ou ajuste de serviços considerados inadequados ou em desconformidade com as especificações, sem ônus adicional.

10.15 Cumprir as normas de segurança do trabalho, fornecendo, quando necessário, equipamentos de proteção individual (EPI) aos seus colaboradores.





10.16 Atender prontamente às exigências da Administração relacionadas ao objeto contratado.

10.17 Manter sigilo sobre informações institucionais, dados, imagens, conteúdos e materiais produzidos no âmbito da execução contratual, quando aplicável.

10.18 Aceitar acréscimos ou supressões contratuais nos limites da Lei nº 14.133/2021.

10.19 Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo subcontratação parcial previamente autorizada pela Administração, quando tecnicamente necessária.

10.20 Garantir que os serviços prestados atendam aos padrões de qualidade e às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

11.1 Impedir que terceiros estranhos à contratação interfiram ou executem os serviços objeto deste Termo de Referência, salvo quando formalmente autorizados.

11.2 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada durante a execução contratual, podendo determinar a suspensão dos serviços quando necessário.

11.3 Receber os serviços no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

11.4 Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidor ou comissão especialmente designada.

11.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações, determinando sua correção ou refação, sem ônus para a Administração.

11.7 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços, quando solicitados pela CONTRATADA.

11.8 Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, conforme valores, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

11.9 A Administração não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, nem por danos causados a terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.10 Designar fiscal do contrato e fornecer as diretrizes institucionais necessárias à correta execução dos serviços.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO





12.1 Da Liquidação

12.1.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.1.2 Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal contém os elementos essenciais, especialmente:

- a) Data de emissão;
- b) Identificação do contrato e do órgão contratante;
- c) Período de execução dos serviços;
- d) Valor a pagar;
- e) Indicação de eventuais retenções tributárias;
- f) Regularidade fiscal da contratada.

12.1.3 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo será suspenso até a regularização, reiniciando-se após a correção, sem ônus para a Administração.

12.1.4 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Do Pagamento Mensal

12.2.1 O pagamento será efetuado **mensalmente**, mediante a efetiva prestação dos serviços, após apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

12.2.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta indicada pela CONTRATADA, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da liquidação da despesa.

12.2.3 O pagamento estará condicionado:

- I – Ao cumprimento integral das obrigações contratuais;
- II – Ao atesto da execução dos serviços pelo fiscal do contrato;
- III – À regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

12.2.4 A Administração poderá reter ou glosar valores proporcionais quando constatada execução parcial, inadequada ou em desconformidade com o Termo de Referência.

12.2.5 Não será efetuado pagamento caso a CONTRATADA esteja em descumprimento das condições contratuais ou não apresente documentação obrigatória.

12.3 Dos Atrasos de Pagamento

12.3.1 Em caso de atraso de pagamento causado exclusivamente pela Administração, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data do vencimento até o efetivo pagamento, com aplicação de juros de mora de **0,5% ao mês (6% ao ano)**, calculados conforme:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- **I** = Índice de atualização financeira;
- **TX** = Percentual da taxa de juros anual;





- **EM** = Encargos moratórios;
- **N** = Número de dias de atraso;
- **VP** = Valor da parcela em atraso.

12.4 Responsabilidade das Informações Fiscais

12.4.1 A CONTRATADA é responsável pela veracidade e conformidade das informações constantes na Nota Fiscal e documentos apresentados, respondendo por eventuais erros, inclusive perante a Receita Federal e demais órgãos públicos.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Unidade Requisitante poderá, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis, aplicar à Contratada as sanções previstas nos arts. 156 a 162 da referida Lei.

13.2 As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

13.3 Não será aplicada penalidade de multa quando o atraso no cumprimento das obrigações decorrer de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado pela Contratada e aceito pela Administração.

13.4 Em qualquer hipótese de aplicação de sanção será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

13.5 Demais penalidades e disposições relativas às sanções administrativas observarão o estabelecido no Edital, no Contrato e na legislação aplicável, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento:

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.003.04.122.0003

ATIVIDADE: 2011

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

REDUZIDO: 58

15.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que



Prefeitura Municipal De Seringueiras
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.3 O presente termo foi elaborado com base nas informações prestadas pela secretaria demandante.

15.4 Qualquer alteração que se fizer necessária neste Termo Referência deverá ser previamente consultado a Secretaria Municipal de Administração de Seringueiras-RO, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Seringueiras-RO, 20 de fevereiro de 2026.

VALDIRENE OLIVEIRA CAITANO DA ROCHA
Secretaria Municipal de Administração

Elaborado por: STELA DA SILVA NARESSI
Coordenadora de Elaboração de Projetos e Termo de Referência

